

Superintendência de Habitação Popular

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO 2009/2011**Data da Reunião: **23 de fevereiro de 2010**

Local: Rua São Bento, 405 – 11º andar – Sala de Reuniões da HABI-GAB – Edifício Martinelli - Centro – São Paulo.

No dia 23 de fevereiro de 2010, às 14 horas, reuniram-se na Sala de Reuniões da HABI-GAB, na Rua São Bento, 405 – 11º andar do Edifício Martinelli - Centro – São Paulo, para a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH – Gestão 2009/2011. **Sra. Elisabete** – Bem vindos aos novos representantes. A Comissão Executiva é um Fórum importante do Conselho que tem caráter de análise mais profunda. Os assuntos passam inicialmente pela Comissão Executiva e depois serão encaminhados para o Conselho Municipal da Habitação. **Sra. Violeta** – A Comissão Executiva é formada segundo normas regimentais, por 3 representantes do Setor Público, 3 representantes da Sociedade Civil Organizada e 3 representantes dos Movimentos Populares, e seus respectivos suplentes. O Secretário da Habitação, a Superintendente de Habitação Popular e o Presidente da COHAB, tem cargos natos. Representando os Movimentos de Moradia, temos a Associação Comunitária Beneficente Jardim Santa Adélia, com a Nair Francisca Delatin titular e na suplência o Conselho Coordenador das Entidades Habitacionais de São Paulo CONSEHAB, o Sr. Luiz Garcia Maldonado; a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, na titularidade do Benedito Roberto Barbosa e a suplência da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho com o Osmar Silva Borges; o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ipiranga, como titular o Maksuel José da Costa e na suplência o Instituto de Ação Social Amigos da Cidade que é o Sr. Gilson Silva de Oliveira. Na Sociedade Civil Organizada, temos o SINDUSCON, com o Elcio Sígolo titular, na suplência o SECOVI com o colega Abelardo Campoy Diaz. As Universidades estão aqui representadas pela colega Arquiteta Professora Dra. Marly Namur da FAU-USP na titularidade e a suplência cabe a Professora Dra. Mônica Bueno Leme do Centro Universitário Belas Artes; e finalmente o Sindicato de Corretores de Imóveis de São Paulo, o SIESP, com o Sr. Alexandre Marques Tirelli na titularidade e a Associação de Pequenas e Médias Empresas da Construção Civil do Estado de São Paulo, APEMEC, com o Gustavo Adolfo Coutinho. **Sra. Elisabete** – Já temos algumas tarefas que a última Reunião do Conselho nos deu, como, por exemplo, vamos apresentar o resultado dos Mutirões. Uma questão também que se levantou é a formação do próprio Conselho, alguns comentários sobre rever alguns Estatutos vigentes. O primeiro ponto é a aprovação da Ata da Reunião, obviamente não vamos pedir que os novos representantes aprove, apenas os que são remanescentes. **Sra. Violeta** – Que são, as Universidades representadas pela Professora Dra. Marly Namur, nós do Poder Público e a COHAB (é aprovada a Ata da última Reunião). **Sra. Elisabete** – O segundo ponto da pauta são os Grupo de Trabalho. São fundamentais para que se preparem os temas para as Reuniões do Conselho, propor definir e discutir a fundo as questões. Nós tivemos o Grupo de Trabalho do Plano Municipal Estratégico que era coordenado pelo André representando a SMDU, que teve um funcionamento muito bom. Vamos ver a síntese que foi preparada. **Sra. Violeta** – No Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano Habitacional, por favor, houve uma falha de digitação na inclusão do nome de uma participante muito ativa que foi a Professora Dra. Marly Namur nesse trabalho, então queríamos, por favor, pedir desculpas, e vocês incluírem o nome da Professora Marly Namur nos componentes desse GT. Os Grupos de Trabalho, eles são remanescentes de uma gestão para outra e mostramos o que tem sido feito, e algumas vezes são criados novos grupos ou são suprimidos outros. Os Grupos de Trabalho da Gestão 2007/2009 foram: o GT de Acompanhamento Orçamentário que esse existe desde que começou o Conselho, o GT de Desenho Urbano na Urbanização de Favelas, que ele foi criado na gestão passada, o GT Mutirões que já vinha desde o início desse Conselho, o GT de Políticas Habitacionais para o Centro que foi criado por uma decisão do colegiado na Gestão 2007/2009. Depois mais um criado, o GT de Acompanhamento do Plano Municipal de Habitação e finalmente o Grupo de Trabalho que tratava das questões de Regularização Fundiária. Alguns desses grupos têm registros de forma diferenciada. No GT de Acompanhamento Orçamentário foram realizadas 8 reuniões, possui 6 Atas disponíveis para consulta e o GT discutiu prestação de contas, valor de comercialização dos empreendimentos, sobre a auto-gestão, orçamento 2009, reabilitação do centro. A apresentação da execução orçamentária física e financeira foi feita pela Diretora Financeira da COHAB. Havia vários participantes, tínhamos a COHAB, o Instituto POLIS, CIPROMP, APEMEC, UNAS. Ficou pendente a discussão do orçamento 2010 e a coordenadora era a conselheira Tania Godoi do CRESS-SP. **Sra. Elisabete** – É importante lembrar que nesse Grupo de Trabalho a presença da COHAB através da representação da sua Diretoria Financeira que é a Sandra, é fundamental, se essa participação dos Conselheiros não têm muito como se orientar para entender dos números. **Sra. Violeta** – No GT Desenho Urbano na Urbanização de Favelas, foram realizadas duas reuniões, esse GT desenvolveu a ementa do Curso Desenho Urbano na Urbanização de Favelas no Centro Universitário Belas Artes, sendo contemplado inclusive com uma menção honrosa na 3ª Edição do Prêmio Cidadania Sem Fronteiras, na área de Direitos Humanos; esse Grupo ainda originou a idéia de outro Curso na Escola da Cidade que já está aqui em 2010 com a sua 2ª edição, é um Curso de Pós-graduação muito bem sucedido. Os Coordenadores éramos nós aqui da SEHAB mais a Professora Mônica Bueno Leme. O GT Mutirões realizou 3 reuniões, possui 3 Atas para consulta. Desde a criação desse GT houve proposta do Grupo alterar as Resoluções 8 e a 22 que tratam respectivamente do Programa de Mutirão. Também se discutia a lentidão das operações com os Mutirões, mas efetivamente tivemos um trabalho que foi muito mais realizado aqui no âmbito da própria Assessoria da Secretaria Executiva que gerou o texto da modificação da Resolução 37, que a colega Ana Maria Moussalli foi a mentora principal. Então eu faria aqui um alerta, que a continuação desse GT exige mais envolvimento, porque marcávamos as reuniões e não aconteciam, e o papel da COHAB gerando subsídio, trazendo informações, é básico. Tivemos a Coordenação da Maria Zilda Camilo, da Associação dos Sem Terra da Zona Norte, participavam a COHAB, a Assistência Técnica PEABIRU, mais todos esses colegas que estão listados. O GT do Plano Estratégico de Habitação que foi criado na gestão passada realizou 11 reuniões, tem 10 Atas para consulta, criou um Subgrupo para analisar dados da Fundação SEADE e Fundação João Pinheiro; foi criado um Grupo para discutir o Plano Municipal de Habitação com 4 oficinas de leitura comentada e a Coordenação é do colega André Luiz Gutierrez, da SMDU, e como colaboração fundamental a nossa colega Arquiteta Beatriz Herling da Aliança das Cidades que é coordenadora do Plano Municipal de Habitação. O Grupo de Regularização Fundiária realizou 3 reuniões, possui uma Ata somente para consulta, tinha um problema dos conteúdos, o Coordenador era o colega representante da OAB, que nessa gestão é uma das lacunas na representação da Sociedade Civil. Se esse Grupo se mantém, precisa determinar bastante o foco desse trabalho. Não temos grande produção aqui nesse GT. O GT de Políticas para o Centro, esse foi um Grupo que também foi muito dinâmico e surgiu na outra gestão, esse GT teve 5 reuniões, tem 5 Atas para consulta, discutiu sobre a destinação de imóveis do Centro; o atendimento

de famílias decorrentes da desapropriação do Edifício São Vito, aliás, foi por conta disso que esse Grupo surge, depois o Programa de Locação Social e as suas modificações, e através de estudos e propostas de adequação dos cortiços, o GT avalizou a aprovação na Comissão Executiva do Certificado de Declaração de Adequação dos Imóveis das Condições de Habitabilidade, que resultou da Resolução 42 de junho de 2009. É um exemplo de Grupo de Trabalho que teve seus conteúdos bem evoluídos e tinha muita dinâmica no trabalho. **Sra. Elisabete** – Eu acho que poderíamos colocar na próxima reunião do Conselho Municipal de Habitação a apresentação do Renova Centro, eu não sei se todos os Conselheiros participaram lá do evento com o Prefeito, já indicaria isso para a Pauta. **Sra. Marly** – O Plano Municipal de Habitação seria interessante apresentar o Plano inteiro, não só o que o Grupo fez, mas mostrar qual é o Plano e fazer uma síntese. Por causa do processo eleitoral paramos o Grupo em meados do ano passado. Quando paramos estávamos pensando como fazer a discussão do Plano, então achamos que tinha que discutir primeiro internamente dentro da Administração, depois levar para fora, discutir nas regionais, na Universidade, discutir em vários lugares. Acho que seria interessante mostrar o Plano que a Tereza coordenou e dizer o que o Grupo propôs continuidade e as ações que resultaram do Grupo. **Sra. Elisabete** – Vamos abrir as discussões: eu acho fundamental para o início do trabalho do Conselho, que se apresente o estado do Plano Municipal da Habitação, poderia entrar também como pauta, lembrando que a Minuta do Plano está à disposição, para conhecimento do público em geral no site da SEHAB, www.habisp.inf.br. **Sr. Flávio** – No caso do Sidnei, por exemplo, os Grupos permanecem como estão ou os Conselheiros vão ser substituídos, a minha dúvida era sobre a manutenção dos Grupos e dos colegas. **Sra. Violeta** – É decisão do colegiado dar sequência à manutenção deles. Circula entre os Conselheiros para saber o desejo de quem quer fazer parte de que GT e depois na primeira reunião desses Grupos é eleita a Coordenação, pode se chegar até que o Grupo se extingue porque a sua tarefa foi cumprida ou porque o interesse não está mais demonstrado, ou surja daqui a idéia da formação de um outro Grupo, como por exemplo, nós temos necessidade de ou encaixar em algum deles aqui ou criar um Grupo que vai analisar as solicitações de voto do Conselheiro Benedito que foi uma decisão da Plenária. **Sra. Elisabete** – A partir de hoje já podemos mandar através da Secretaria Executiva as comunicações dizendo, existem tais Grupos, abre a inscrição de quem se interessar a participar, os que saíram, saíram, damos um prazo e a partir desse prazo começamos a montar as reuniões. A partir dos Grupos montados cabe a nós Secretária oferecer a infra-estrutura, mas o Grupo se vira, na 1ª reunião elege o Presidente, o Secretário, ele é autônomo. **Sr. Maldonado** – Nós que entramos agora nada sabemos sobre o que foi feito de trabalho na gestão anterior. Seria possível numa reunião apresentar ou será fornecido para nós essas Atas para que possamos ler individualmente, ou será feita à apresentação coletiva do que a gestão anterior fez? **Sra. Elisabete** – As Atas que a Violêta mencionou já estão à disposição no site, se os Conselheiros assim o desejarem também poderemos entregar um CD ou a cópia em papel, isso é só vocês se comunicarem com a Secretaria Executiva que fica responsável, na 1ª reunião fazemos um breve resumo do que foi produzido. **Sra. Nair** – Eu gostaria de saber quem de fato dos nomes que aqui estão, permanece, porque assim conseguimos ter uma alinhada melhor, se tem vaga para outros estarem naquele Grupo, ou Grupo está totalmente fechado, completo. **Sr. Violeta** – Não há nenhum impedimento que outros colegas das Entidades, pessoas especialistas possam trazer a sua contribuição, então os Grupos são abertos, voz e voto para os conselheiros que foram eleitos e que fazem parte do colegiado. Podemos manter mesmos Grupos, criar outros ou suprimir alguns, mas, existem alguns que são clássicos: o Acompanhamento Orçamentário, o GT Mutirões é um outro que precisa manter com uma readequação do foco; o Plano Estratégico é necessário; o GT de Políticas para o Centro é para pensar; e a Regularização Fundiária eu reitero, que uma questão de foco, não deslanchar, já temos um Programa que é de Governo, se as pessoas quiserem acompanhar o Programa ele está aqui, mas o GT não tinha uma dinâmica que fomentasse o conteúdo. Eu fiz uma proposta de supressão de dois GTs: o Desenho Urbano e Regularização Fundiária. **Sr. Benedito** – Acho que nós não temos condições de fazer aqui todo o aprofundamento necessário, faltam alguns elementos para podermos aprovar a pertinência desses Grupos. A Comissão Executiva extingue o GT ou ela leva como sugestão de extinção ao Conselho? De cara já podemos abrir as inscrições e aqueles que entendermos extinção, só coloca a partir da manifestação do Conselho até para não demorar muito a retomada do funcionamento dos Grupos. Eu queria sugerir que aquela proposta nossa que são as duas Resoluções, que na verdade, são ajustes a Resolução 37, que eles venham para o GT Mutirões. Não lembro aqui a data da 1ª Conferência Municipal de Habitação, em 2003 acho, e nós já tivemos 2 Conselhos de lá para cá e não fizemos a 2ª Conferência Municipal de Habitação, então precisava avaliar no âmbito dessa Executiva e do Conselho, se seria pertinente depois desses anos todos, sugiro que não tomemos a decisão hoje sobre isso, mas que possamos refletir e que aí sim se constitua no âmbito do Conselho um Grupo de Trabalho para organizar a 2ª Conferência de Habitação. Sugiro aprovarmos que a Conferência seja no ano que vem, evidentemente esse ano não haverá a menor condição de fazer, já que nós vamos ter um ano eleitoral do 2º semestre e neste primeiro semestre tem a Conferência da Cidade. Em relação ao GT Centro, eu queria sugerir que ele continue, naquela linha que ela sugeriu, que os Conselheiros sejam os Coordenadores que participam aqui da Executiva ou membro do Conselho, evidentemente o Sidnei e demais companheiros e companheiras que atuam na área central poderão ser convocados a incorporar esse GT. **Sra. Elisabete** – O Grupo de Trabalho é aberto, ele não tem limite de número de participantes, mas a Coordenação é recomendável que seja do Conselheiro, quando tiver a 1ª reunião é importante que se verifique o que foi feito, mas é o Grupo que decide quem é o Presidente e o Secretário. A Coordenação é de algum Conselheiro e ele é aberto a Conselheiros, agora você em determinada reunião acha que é importante chamar alguém que vá contribuir, daí você consulta o Grupo e o Grupo terá condições de decidir sobre isso. Com relação ao que o Dito falou, nós podemos parar os trabalhos do Conselho só porque tem eleições presidenciais. Os Grupos de Trabalho têm que ser formados dentro dessa perspectiva, quem se inscrever no Grupo tem o compromisso de participar, tem uma agenda a cumprir, nós somos cobrados lá no Conselho das nossas tarefas. **Sra. Marly** – A questão do Plano Municipal passou por uma discussão que além de fazer o Plano tem que montar uma proposta de discussão, ou seja, que culminaria com uma Conferência Municipal da Habitação, mas não é a 1ª coisa que se faz. A 1ª coisa que se faz é discute o Plano em várias Instâncias, para depois fazer a Conferência Municipal. Nas Conferências Estaduais levamos 6, 7 meses tendo reunião toda semana, não é fácil, então a idéia da participação estaria embutida aqui no Grupo do Plano Municipal. Nós queremos um Plano em que haja um certo consenso, o mínimo, que haja um pacto social em torno dele e que seja aprovado pelos Vereadores, para ser executado pelo Poder Executivo. Só mais uma observação a FAU USP tem curso de graduação e de pós-graduação, na pós-graduação nós temos uma área de concentração que chama “habitat” e uma outra área que é de Planejamento Urbano. Oferecemos inúmeras disciplinas que estão abertas não só para quem faz parte do programa de pós-graduação, mas para todo mundo que queira fazer as disciplinas como aluno especial, claro que para ser especial tem que pedir autorização do professor, mas é permitido, talvez possamos levar essa reivindica-

ção para dentro do Programa, mas não precisa ter um GT de Desenho Urbano aqui para fazer isso, eu mesma como representante posso levar isso. **Sr. Elcio** – Eu não me sinto à vontade para opinar sobre esta questão dos GTs, faltam ainda elementos. Bom seria se esse grupo que até então trabalhou tivesse aqui falando um pouquinho sobre tudo o que se conseguiu de avanço e as dificuldades que enfrentou. Todos aqui com certeza têm as suas atividades, e aqui nós estamos deixando um pouco do nosso tempo para alcançar um resultado, quanto mais GT's eu acho que é pior para nós. Então o que é foco? O que é prioridade? **Sr. Maksuel** – Eu acho que o nosso tempo é muito curto para ficar discutindo se vai se manter o Grupo ou vai se excluir o Grupo. Tem Grupos que têm que se manter, eu já coloco o meu voto que é favorável, os Grupos que falaram que são consenso, o orçamento, essa questão dos Mutirões, tem que se manter e a questão do Desenho Urbano fico dentro da proposta do Dito e da proposta da Bete que é a Regularização Fundiária que faz uma Pauta, põe lá no Conselho, os Conselheiros elegem, volta para cá, vai continuar ou não, se tiver alguém que acha que tem mais algum Grupo aqui que tem que ser colocado também coloca e apresenta lá no Conselho para a votação. **Sr. Gilson** – Nessa questão do GT, eu tenho uma sugestão, que se crie mais um Grupo para questão de parceria através de recursos financeiros e técnicos para o Fundo Municipal de Habitação. **Sr. Nêlio** – Eu concordo com a opinião dos colegas sobre quais os Grupos que devem permanecer e quais aqueles que podem ser colocados, para que o Conselho possa nos ajudar. O Grupo de Trabalho é tão importante quanto os membros que o compõe, o trabalho que ele produz e a publicidade, até onde esse trabalho acaba chegando, me parece que talvez devêssemos regular, os Grupos deverão se reunir com qual periodicidade? Porque pelo que foi apresentado, um Grupo se reuniu 3, o outro 10, o outro 5. Tem que colocar uma regra, talvez um balizador. Todos aqui reclamam do desconhecimento, então que o Grupo de Trabalho também tivesse definido por essa direção, que de tanto em tanto tempo, a cada bimestre ou a cada trimestre, o Grupo vai fazer uma apresentação de como anda o seu trabalho, que seja igual para todos os Grupos de Trabalho, com reunião com uma periodicidade talvez de 30 dias porque cada um desses projetos é muito importante para o Conselho como um todo. **Sra. Elisabete** – Poderia ficar então como tarefa da Secretaria Executiva elaborar um Regimento para os Grupos de Trabalho, já podemos encaminhar para a Comissão Executiva uma Minuta para análise, acho que foi uma boa lembrança e bem-vinda. Tem Grupos que são fundamentais, o de Acompanhamento Financeiro, que se diga de passagem teve assim bons resultados porque ele ajudou a facilitar a leitura de números. O GT do Plano Estratégico que é o que melhor resultado obteve porque ele encaminhava ótimas sugestões, já estava na fase da discussão passar a ser regional e esse processo foi interrompido a pedido dos Conselheiros pelo processo eleitoral, então eu sugiro que ele também retome com quem queira mais se inscrever, mas cumpre ainda tarefa de colocar na Pauta da Reunião do Conselho a apresentação do PMH. O Grupo de Mutirões eu acredito que deva ser convocado para que na 1ª Reunião defina como é que quer caminhar, se querem incluir as duas Resoluções do Dito como foi sugerido aqui. E o GT do Centro também poderíamos convocar, mas vai ter que ter um novo Coordenador, até não ter o novo Coordenador a Secretaria Executiva coordena e os outros levaríamos para o Conselho Municipal. A Regularização Fundiária é obrigação do Estado. **Sra. Marly** – É uma política que tem que fazer parte do Plano. **Sr. Osmar** – Eu acho que era importante talvez pensarmos uma cartilha, talvez uma Normativa que orientasse Associações, que orientasse Comunidades a como propor ou apresentar junto à Secretaria de Habitação propostas para regularização de loteamentos. Acho que o Conselho tem um papel importante de aprofundar, discutir, buscar a construção de um Plano Municipal de Habitação que pense a cidade como um todo. Nas intervenções urbanas tanto no Centro quanto também na periferia, mas temos que pensar uma maneira que a população se aproprie de tudo isso que é produzido de conhecimento dentro do Conselho Municipal de Habitação para que ele também possa buscar soluções dos problemas que eles vivem nas suas comunidades, eu particularmente quero participar do GT para que as famílias tenham conhecimento daquilo que está sendo discutido no Conselho. **Sra. Elisabete** – Se vocês concordarem poderíamos então encaminhar essa análise ao Conselho, os 4 primeiros já chamaríamos para as reuniões. Nas 1ªs reuniões que o Grupo deverá então decidir o seu Presidente e a sua Secretária. Como é que poderíamos tornar mais visível as Resoluções do Conselho? Além de já estar no site, mas nem todo mundo acessa a Internet ou tem computador em casa, mas talvez preparar um jornal, numa tiragem relativamente significativa, os Conselheiros poderiam mandar aqui para a Secretaria Executiva idéias e mandaríamos via Internet. Acho que é importante que dissemine o que temos produzido, então se todos concordarem poderíamos nesse sentido caminhar a questão desse ponto de Pauta. **Sr. Benedito** – Estou entendendo que essa forma e essa dinâmica já implementada no Grupo passado já era bastante adequada e cuidadosa, inclusive lembro que teve uma discussão do Plano Municipal de Habitação e no Conselho passado eu mandei para cá uma inscrição para participar da 1ª discussão. Estou colocando essa questão para não termos essa preocupação em relação ao voto. A Bete não fez também nenhuma referência a essa possibilidade de aprofundarmos a discussão da 2ª Conferência Municipal de Habitação. A Conselheira Marly já fez a sugestão inclusive de aprofundar isso numa espécie de Subgrupo para não criar outro GT, porque a preocupação do Elcio no sentido de não ter outro GT é pertinente. Temos também que olhar na conjuntura foi com essa preocupação que eu falei que seria importante que fizéssemos essa Conferência no 1º semestre de 2011. **Sra. Elisabete** – O Grupo é autônomo, já aproveitando a sugestão do Elcio, apresenta-se uma síntese do que o Grupo trabalhou, e o Grupo define se ele quer convidar todo mundo, acho que o bom senso sempre tende a vigir no Conselho Municipal de Habitação e insisto que ele é um exemplo para a democracia brasileira. É importante que realizemos a 2ª Conferência, como temos uma tarefa bem maior que é o Plano que já está pronto, ele precisa ser discutido pela sociedade regionalmente, então talvez já deixemos essa tarefa para começar a montar o Grupo no 2º semestre, porque a Conferência só será no ano que vem. **Sra. Marly** – Precisamos discutir o Plano antes. **Sra. Elisabete** – Sim Marly, absoluta certeza disso, mas nós somos os produtores do Plano. Os divulgadores, os promotores das discussões são a Sociedade Civil e o Movimento Popular, se a Nair chegar aqui e disser, eu tenho 10 reuniões montadas para apresentar o Plano, a Secretaria terá que fazer isso é nossa responsabilidade. SINDUSCON quer que a gente vá lá apresentar, a USP quer, a gente vai apresentar, então o Grupo de Trabalho define qual é a lógica. Então é importante que o Grupo se reúna, é a forma mais fácil de debater. Então contempladas aí todas as observações, se vocês concordam a gente poderia encaminhar assim e eu abrirei aqui aos outros assuntos que é a última pauta aqui. **Sr. Maksuel** – Na última reunião do Conselho Municipal, teve o pedido de voto para a questão da Carta de Crédito Municipal e dentro da votação, colocamos um adendo, e ficou para estarmos discutindo a questão das Normativas. Foi publicado agora no Diário Oficial, dia 6 de fevereiro de 2010, a aprovação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, 29/01/2010, na forma do seu Artigo III, Lei 13.425 de 2 de setembro de 2002, considerando que fala sobre a aprovação das diretrizes e coloca o resalvo às questões de alteração. Eu queria saber quando que entram os Adendos que eu coloquei lá no Conselho, porque ele só foi aprovado. Justamente a questão da solicitação de voto, a contratação de assessorias técnicas que isso daí já foi conversado e a questão da Carta de Crédito, o valor que está R\$

32.400,00 e colocamos que há uma variação até R\$ 70.000,00. Nos últimos 7 anos o mercado sofreu um aumento de 78,7%. Também temos uma proposta referente ao subsídio que foi passar de 16 mil para 20 mil reais, então eu subentendi entre esses outros assuntos que entraria esse documento que eu apresentei no Conselho. **Sra. Elisabete** – O que foi publicado no Diário Oficial, isso sempre ocorrerá após as reuniões do Conselho, é a sumula das Resoluções. Estávamos vivendo uma situação, estamos ainda, emergencial, que é o caso do Pantanal, com 10.000 famílias cadastradas. Não significa que todas tenham que sair; estamos estudando com o DAEE a proposta de criar umas estruturas de engenharia de modo que o número de famílias que tem que ser removidas seja o menor possível. Temos 3.500 famílias que estão no auxílio aluguel e a CDHU e a COHAB construirão mais unidades para preencher esse número. O que aconteceu foi o seguinte, as famílias que estavam lá em situação de alugamento, tinham uma reivindicação muito grande de não ir para apartamento, elas queriam comprar imóveis na região, como todos sabem, a região Leste não é das mais regularizadas, a legislação não permite que o Poder Público, qualquer que seja o nível, Caixa, Estado, a Prefeitura, faça qualquer coisa em área que não seja regularizada, então nós consideramos que o grande avanço era para conseguir atender aquela demanda, dar início ao processo, o início ao processo era essa questão de permitir a compra de moradias regularizáveis, agora o nosso Secretário de Negócios Jurídicos, o Dr. Cláudio Lembo, está estudando como essa possibilidade pode se viabilizar, porque não é assim, o Conselho aprovou e compra. Nós estamos lá, a Dra. Vera com nossos Procuradores, o Dr. Cláudio Lembo está lá ajudando e a idéia que ele acha que é a mais correta é para cada situação em que a Carta for utilizada, que ela não seja uma Carta universal, então tem a Carta específica para o Pantanal, ela tem a normalização própria, é compra em determinado perímetro, subsídio determinado e isso também terá que ser estudado com cuidado para que não fira as normas gerais. **Sr. Maksuel** – Tem que partir do princípio que é o momento para começarmos a refletir, se tem que se pensar com o jurídico, então vamos sentar com o jurídico e vamos pensar como pode ser feito isso, se é Lei, como se muda a Lei, o Poder Público vai ter instrumentos para trabalhar e adequadamente vai atender as demandas habitacionais. Nem todos os Conselheiros entenderam, não está falando em atendimento específico para o pessoal que passou por uma situação de emergência que mora no Jardim Romano. É importante ter a Carta de Crédito, é importante que vocês, Superintendência tenham instrumentos para trabalhar, que não fiquem amarrados perante questões emergenciais para correr no Conselho, esperar normativas, que já tenha isso em mãos, você pode ter mais instrumento para trabalhar, é isso que eu desejo e é por isso que trouxemos esses adendos. **Sra. Elisabete** – Talvez seja o caso, de se criar um Grupo para discutir isso. **Sr. Maksuel** – Contamos na ponta dos dedos quantas Cartas de Crédito foram viabilizadas. **Sra. Nair** – Estávamos presentes na Reunião do Conselho Geral e foi debatido esse tema, então eu acho que ele se sente até um pouco frustrado no sentido de não ter tido um retorno a nível mais técnico e jurídico. **Sra. Marly** – Será que esse instrumento Carta de Crédito, do jeito que ele foi criado, resolve? O quê adianta ter um instrumento que não permite a viabilidade da compra, acabei de ver uma tese de mestrado em que, a ocupação do Prestes Maia chegou num acordo de que 330 famílias iam ser atendidas por Cartas de Crédito, que o dinheiro não foi tanto o problema porque o Governo Federal disse que ia dar 30 mil, o Estadual aumentou mais 27 mil, e não importa o valor, mas eles não conseguiram viabilizar, das 330 famílias, só 30 conseguiram comprar imóveis e não foi no Centro, a pesquisa dela avaliou 6 prédios do Centro, todos tinham problema, conclusão, não se adquiriu nenhum único prédio para comprar os apartamentos com a Carta de Crédito. Eu fiquei pensando, que instrumentos, talvez a concessão de uso, não precisa a propriedade, a concessão de uso, porque se for entrar na coisa regularizada você não compra nada porque é quase tudo irregular, é muito difícil, então as pessoas têm a ilusão de que estão com aquela Carta, com aquele dinheiro e não consegue adquirir imóvel. **Sra. Elisabete** – As pessoas querem continuar morando onde sempre moraram, então a Carta de Crédito ela não é ruim, ela só é ruim quando diz que o só posso comprar em área regularizada. O Minha Casa Minha Vida tem o mesmo problema, por que que não tem nenhum Minha Casa Minha Vida feito? A não ser lá no fundão do país. Porque, 1º passo, o terreno tem que ser regularizado. A minha sugestão é que já tem uma proposta de Normativa, que promovemos uma reunião que não precisa ser do Conselho, quer dizer, é muito específica, onde apresentamos e começamos a discutir essa questão de como aprimorar mais ainda o instrumento. Eu só queria alertar que numa cidade que tem 3 milhões de pessoas morando precariamente, grandes teses não resolvem, uma pessoa que mora em favela não é um número, ela é uma família, ela tem a mãe do lado, o filho em cima, a filha no 2º andar, a filha tem 4 filhos, ela gosta de morar ali. As pessoas não são números acadêmicos, portanto teses deste tipo que alguns acadêmicos defendem são incorretas, a Cidade de São Paulo é complexa demais, cada caso é um caso. **Sr. Maksuel** – Se está sendo estudado, tem algumas coisas prontas, eu gostaria de ver, eu gostaria de participar, é importantíssimo o trabalho que está sendo feito, eu acho que esse que é o caminho. Esse Conselho foi eleito por centenas de pessoas que foram lá, votaram, e acreditam nesse Conselho. Então se temos vontade de fazer e é a Lei que está errada, então vamos mudar a Lei, é na Câmara, é na Assembléia, é no Senado, é em Brasília, onde que for, eu acho que é isso que tem que se colocar em Pauta, se é a Lei que está errado, então vai ter que ser mudada a Lei para atendermos aquelas famílias que necessitam de moradia, porque senão vai passar mais 2 anos o déficit vai triplicar e quanto mais instrumentos tivermos para trabalhar muito melhor. **Sr. Osmar** – Desde que foi criado o Programa, a CDHU, eu não tenho visto quase que viabilizar uma unidade. Vocês acabaram de testemunhar o depoimento dela dizendo que foram 30 famílias que conseguiram adquirir o imóvel com a Carta de Crédito do CDHU, o que temos defendido é criar a Carta de Crédito Associativa, que tem que ter a participação do Poder Público nas desapropriações, que tem que ter a relação com os Movimentos Sociais, que só assim essas demandas vão poder ter acesso a financiamento público, de criar um banco de áreas para poder viabilizar Programas Habitacionais para atender esse tipo de população, nós só estamos ajudando ainda mais a especulação imobiliária. São demandas que ganham de 4 a 10 salários mínimos, porque de zero a 3 não se começou uma unidade habitacional, as construtoras elas têm acessado financiamento, como a Caixa divulgou, são 600 mil moradias construídas durante essa gestão no Programa Minha Casa Minha Vida com recurso do PAC e tem se viabilizado, agora era importante demonstrar quais foram os dados. Só estamos transferindo o problema, porque a Carta de Crédito vocês vão dar 50, a especulação imobiliária vai falar, a propriedade custa 100. Vocês vão dar 100, eles vão dizer que a propriedade custa 120, porque não tem nada que regula, o que regula é a especulação, então conforme você tem mais dinheiro no mercado mais caro custa a casa, então isso é importante para refletir um pouco nessa linha, o Estado tem que intervir e só pode intervir fazendo desapropriações. **Sra. Elisabete** – A Secretaria Executiva pode marcar na semana que vem com os interessados no tema para sabermos como estruturar essa discussão, o que o Osmar coloca é muito interessante porque o Carta de Crédito é um Programa antigo, portanto padece dos erros da antiguidade, agora o Minha Casa Minha Vida é um Programa do ano passado e todo mundo alertou ao Governo Federal quando ele veio em São Paulo que não ia dar certo porque ninguém constrói casa com 30 mil reais aqui, ele não era um Programa dirigido a Cidade de